

“ MINHA PROPOSTA PREVÊ A ADOÇÃO DE UM IMPOSTO ÚNICO NO MUNICÍPIO, COBRADO SOBRE O METRO QUADRADO DE ÁREA CONSTRUÍDA ”

“ OS ADMINISTRADORES REGIONAIS SERÃO ESCOLHIDOS PELO PREFEITO EM LISTA TRÍPLICE APRESENTADA POR UM CONSELHO COMUNITÁRIO ELEITO ”

“ PRETENDO REALIZAR OPERAÇÕES URBANAS QUE RECUPEREM O CENTRO TAMBÉM PARA O USO RESIDENCIAL ”

MARCOS CINTRA

55 anos, é vice-presidente e professor da Fundação Getúlio Vargas. Bacharel, mestre e doutor em Economia pela Universidade de Harvard, é presidente do diretório estadual paulista do Partido Liberal, pelo qual elegeu-se vereador da Capital (1993-1996) e é deputado federal licenciado. Foi secretário de Planejamento, Privatização e Parceria do município em 1993, na gestão de Paulo Maluf. É autor de diversos livros.



Planejamento, Administração e Finanças

1. Arrecadação tributária. Minha proposta prevê a adoção de um imposto único no município. Esse tributo seria cobrado sobre o metro quadrado de área construída e substituiria o IPTU, o ISS, o ITBI e as taxas e contribuições municipais. A captação da totalidade de área construída seria obtida com a implantação de um sistema de geo-processamento. Dessa forma, a Prefeitura teria custos menores para administrar sua arrecadação e os contribuintes uma menor carga de impostos.

Hoje o valor médio do metro quadrado de área construída tributado pelo IPTU é de R\$ 345. O IPTU arrecada em torno de R\$ 1,3 bilhão. Com o novo sistema o valor médio do metro quadrado construído seria entre R\$ 5 e R\$ 8 e geraria uma receita em torno de R\$ 3,2 bilhões. Esse tributo seria cobrado inclusive sobre as atividades que hoje não são taxadas.

Os impostos federais e estaduais seriam arrecadados normalmente e repassados aos cofres municipais, tal como ocorre hoje.

2. Combate à sonegação fiscal. Combater a sonegação de impostos deve ser uma ação fundamental no dia-a-dia de qualquer prefeito. São Paulo pelo seu tamanho e complexidade carece de uma estrutura eficiente de fiscalização. Entendo que a sonegação somente será combatida de modo eficaz com a simplificação do sistema. Nesse sentido é que proponho a adoção de um imposto único municipal incidente sobre o metro quadrado de área construída em substituição aos tributos que hoje compõem a receita própria da Prefeitura.

3. a) Subprefeituras. Meu projeto prevê que os administradores regionais sejam escolhidos pelo prefeito através de uma lista triplíce apresentada por um conselho comunitário eleito, que teria poderes para afastar o administrador em caso de suspeita de corrupção ou desempenho insatisfatório.

b) Instância metropolitana de governo. Entendo que nas áreas de enchentes, transportes e meio ambiente algumas prefeituras poderiam atuar em conjunto através de consórcios.

Os laboratórios de habitação e as comissões do IEA são experiências positivas que entendo devem ser incentivadas. Vejo que parcerias entre a Prefeitura e os institutos de ensino e pesquisa são desejáveis para que projetos possam ser viabilizados.

Saúde Pública

1. a) Formulação de políticas. O problema da saúde pública é a má gestão. Na área da saúde quero criar conselhos de usuários que irão participar da elaboração de políticas de saúde pública e na sua fiscalização. Entendo que a gestão compartilhada com a população é fundamental para o desempenho eficiente do setor de saúde, onde os resultados podem ser objeto de contrato de gestão.

Os conselhos regionais são mecanismos que pretendo adotar, onde os usuários do sistema também participem na elaboração de políticas de saúde e na fiscalização do sistema.

Entendo que o sistema de saúde municipal demanda um novo modelo de gestão que se ajuste ao SUS, onde conselhos regionais de saúde desenvolvam políticas específicas para as diferentes áreas no que tange às ações preventivas e curativas.

d) Cargos. Quantitativamente a cidade registra carência de equipamentos e falta de pessoal especializado. Vou fazer com que os funcionários da saúde que não aderiram ao PAS retornem aos hospitais e postos de saúde, uma vez que hoje há médicos e enfermeiros atuando em funções burocráticas enquanto a população encontra dificuldades para ser atendida.

3. PAS x SUS. Entendo que o sistema demanda um modelo de gestão que se ajuste às exigências do SUS. Defendo uma aceleração do processo de municipalização da saúde, fato este que irá gerar uma receita adicional ao sistema da ordem de R\$ 200 milhões por ano.

Sou favorável à municipalização da saúde conforme as peculiaridades e necessidades da cidade. Entendo que a adesão ao SUS é fundamental para o funcionamento do sistema.

Por outro lado, a lógica do PAS é muito positiva. O sistema pecou pela má administração, sobretudo pela falta de um sistema de controle eficiente. Vale lembrar que a Harvard Medical School avaliou positivamente o PAS.

Quero implantar um novo modelo de gestão da saúde onde o município possa contar com os recursos do SUS e os conselhos possam ter papel fundamental na elaboração das políticas para o setor.

4. Propostas de Herval Ribeiro, Josefina Salum e Evelin Naked. Quanto ao censo domiciliar, entendo que qualquer processo eficiente de planejamento precisa contar com um sistema de informações atualizado e pre-

ciso. Por isso, sou favorável a realização do levantamento das condições de saúde no município e a manutenção de uma estrutura de atualização constante desses dados.

Sou favorável à descentralização dos serviços de saúde através da criação de distritos regionais. A existência do Conselho de Saúde é um instrumento importante para a execução eficiente de políticas na área. Entendo que o mesmo deve ter uma participação ativa de membros da comunidade como forma de acompanhamento da qualidade dos serviços.

Sem dúvida a liberdade de organização dos trabalhadores do setor e da população deve ser respeitada. A tomada de decisões por parte dos conselhos somente será adequada se houver acesso às informações.

Habitação

1. Política habitacional. São Paulo conta com algumas regiões bem servidas de infra-estrutura básica, com grande número de postos de trabalho e equipamentos sociais e, ao mesmo tempo, com baixa densidade demográfica. Por outro lado, há regiões altamente povoadas que demandam esses itens.

Há regiões como a Leste, com baixo índice de emprego por morador, onde pretendo investir em pólos como o de Itaquera. O Pólo Econômico da Zona Leste será um fator de impacto não apenas para a região como para toda a cidade. Na periferia carente meu plano prevê a construção de intenso programa de investimentos em equipamentos como creches, Emeis e postos de saúde.

Além disso, entendo que a cidade necessita de um novo Plano Diretor que crie novas áreas de uso misto e novos pólos econômicos. Esta será uma atribuição da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Urbanismo, que será a substituta da atual Secretaria do Planejamento. Essa nova secretaria será o principal órgão da Prefeitura e irá atuar basicamente integrando ações sociais e econômicas.

Em linhas gerais meu plano de urbanismo irá substituir o atual modelo centralizante por ações nas regiões periféricas. Quero criar novas zonas de uso misto, criar bolsões de estacionamento no Centro Expandido e novos pólos econômicos na cidade.

2. Revitalização do Centro. No Centro, uma região com grande número de postos de trabalho e infra-estrutura subutilizada, pretendo realizar operações urbanas

que recuperem a região também para o uso residencial, preservando o patrimônio histórico e arquitetônico da região. A revitalização do Centro consta em meu plano e quero desenvolvê-lo em parceria com a iniciativa privada e associações interessadas na área.

3. Ocupações em áreas de mananciais. Entendo que a região dos mananciais deve ser protegida através da construção de anéis coletores do esgotamento sanitário proveniente das moradias contidas em seu entorno. Outro ponto que considero importante diz respeito à necessidade de se promover uma fiscalização mais eficiente na região, de tal forma que sejam evitadas novas ocupações na área.

4. Urbanização de favelas. Meu plano de governo prevê o atendimento de 34 mil famílias em projetos de urbanização de favelas. As fontes de recursos serão as dotações orçamentárias, o Fundo Municipal de Habitação e financiamentos de órgãos federais e estaduais.

Transporte Coletivo

2. a) Planos Diretor e de Transportes. Concordo com o diagnóstico dos pesquisadores. Vou substituir a atual Secretaria do Planejamento pela Secretaria do Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Urbanismo, que será o principal órgão da Prefeitura. Ela será responsável pela elaboração do novo Plano Diretor para a cidade, que conterá inclusive as diretrizes para a área de transportes. A Secretaria dos Transportes será a executora, mas todo o planejamento será definido pela nova Secretaria.

b) Descentralização. Quero criar novos pólos econômicos próximos às maiores concentrações populacionais da cidade. De imediato vou investir na implantação do Pólo Econômico de Itaquera.

c) Prioridade para o transporte coletivo. Entendo que a Prefeitura de São Paulo deve investir na qualidade e na otimização do sistema de ônibus, na integração entre as diferentes modalidades de transporte e complementar o sistema de média capacidade. Vou investir em novos corredores visando elevar a velocidade comercial dos transportes na modalidade ônibus.

Quanto aos “perueiros” vou manter o número já definido de pouco mais de 4 mil, com a Prefeitura definindo o itinerário e atuando de modo rigoroso na fiscalização da segurança dos veículos.

A integração entre modalidades de transportes é fundamental para a otimização do sistema numa cidade do

porte de São Paulo. Vou atuar nessa direção.

d) Ampliação do Metrô. Vou investir na construção de 12 linhas de VLT's (veículos leves sobre trilhos), que basicamente é um metrô de superfície com um custo em média quatro vezes menor que o tradicional.

e) Integração dos órgãos do setor. A nova Secretaria do Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Urbanismo será o principal órgão da Prefeitura e será responsável pela integração das ações entre as outras secretarias, inclusive a de Transportes.

f) Interlocução com outras administrações. A integração com o governo estadual e as outras prefeituras da região metropolitana é imprescindível para a otimização do setor. Entendo que nessa área podem ser realizados consórcios entre as prefeituras e o governo estadual.

4. Interferência da população na definição de linhas. Meu plano de governo prevê a criação, dentro dos conselhos comunitários, da associação de usuários de ônibus, que vão auxiliar a fiscalização e a definição de itinerários das linhas.

Poluição Atmosférica

1. Planejamento de médio e longo prazos. Concordo com a avaliação. O planejamento de médio e longo prazos é condição inquestionável para o equacionamento de vários problemas detectados na cidade. Dentre eles os relacionados ao meio ambiente. Esse planejamento estará a cargo da nova secretaria que pretendo criar no lugar da atual Secretaria do Planejamento.

2. Concorda que a política de transportes deve ser integrada e metropolitana e com a urgência na construção do Anel Viário? Numa cidade como São Paulo a integração entre as modalidades de transporte e os governos municipais e estadual são fatores determinantes para a otimização do setor.

Quanto ao Anel Viário, entendo ser uma das principais obras viárias para o equacionamento dos problemas relacionados ao trânsito e ao meio ambiente.

3. Inversão de prioridades e orçamento participativo. Pretendo priorizar o transporte coletivo investindo em linhas de VLT's, em terminais intermodais e em corredores exclusivos para ônibus. Quero criar os conselhos de usuários de transporte coletivos, que poderão obviamente participar das discussões para a elaboração do orçamento.

4. Aumento da frota de ônibus. Entendo que elevar a

frota além da atual não resolverá o problema dos transportes. Quero investir na qualidade da atual frota e investir em linhas de VLT's.

Frota movida a gás. Sou favorável à substituição gradual de toda a frota de ônibus e táxis por gás natural.

Fechamento do Centro. Sou favorável ao fechamento do Centro para veículos. Para isso proponho a criação de bolsões de estacionamento com linhas gratuitas de ônibus no Centro Expandido.

Linhas locais. A criação de linhas locais é importante, mas a solução dos problemas somente será equacionada quando houver um novo modelo urbanístico para a cidade que priorize investimentos na periferia criando novos pólos de desenvolvimento.

Faixas exclusivas. Vou investir na implantação de novas faixas exclusivas como forma de aumentar a velocidade comercial dos transportes coletivos.

Transporte pago pelo IPTU. Sou favorável à existência de linhas gratuitas de transporte no Centro Expandido.

Renovação da frota de veículos e programas para áreas industriais. A dotação de catalisadores nos veículos novos já é uma feliz iniciativa e a vitória deve iniciar-se a partir do próximo ano. Essas duas medidas têm meu total apoio. Entendo também que a Prefeitura deve atuar em conjunto com a Cetesb no município de São Paulo.

Campanhas. É difícil trabalhar junto à população para que utilize ônibus, se não houver investimentos na qualidade dos serviços prestados. Acho muito importantes campanhas de incentivo à utilização de transporte coletivo. Mas, para que tenham resultado, é necessário que se eleve a velocidade comercial dos ônibus, invista-se em novos veículos mais confortáveis e limpos, mais abrigos nos pontos de espera, entre outros itens para melhorar a qualidade dos transportes.

A criação de estímulos para as empresas adotarem sistemas mais adequados para o controle da poluição é correta. Entendo que incentivos fiscais devem ser avaliados visando esse objetivo.

Emprego e Desenvolvimento

1. A política econômica e a taxa de juros exercem maior influência sobre o emprego do que as políticas municipais? Concordo que o desemprego pode ser atenuado com medidas no âmbito do governo federal. A queda na taxa de juro e uma ampla e profunda reforma

tributária que desonere a folha de salários e a produção alavancaria a economia elevando a oferta de trabalho.

O município pode atuar através de medidas emergenciais e compensatórias.

2. Propostas de Maria Cristina Cacciamali. Estou propondo a criação de frentes de trabalhos nos bolsões de desempregados, onde os interessados receberiam um salário em troca de serviços gerais (limpeza e conservação de ruas e praças, por exemplo) prestados à comunidade. Os recursos seriam provenientes do orçamento.

Quanto à articulação com outros níveis de governo, a Prefeitura pode colaborar através de convênios, onde participem também entidades como Senai e Senac, para a realização de programas de formação profissional.

Segurança

1. Policiamento comunitário. Proponho a manutenção de duplas de policias armados da Guarda Civil Metropolitana em todas as escolas municipais. Esses policiais atuariam subsidiando a PM no policiamento comunitário, através da elaboração de relatórios periódicos visando detectar os principais problemas da região.

2. Controle da violência juvenil

a) Banco de dados. A criação e manutenção de um banco de dados é fator fundamental para um eficiente processo de tomada de decisão na elaboração de políticas nessa área.

b) Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA brasileiro é uma das leis mais modernas do mundo nessa área, mas que carece de efetivação. A Prefeitura de São Paulo, pela dimensão do problema nessa área, deve atuar de modo intenso junto aos órgãos públicos para fazer valer o que diz a lei.

c) Programas de inclusão. A população delinqüente necessita sem dúvida alguma de programas específicos visando recuperar o jovem, oferecendo-lhe oportunidade de integração através de atividades educacionais, de lazer e de trabalho.

d) Formação de monitores. A Prefeitura deve, em parceria com o governo estadual, desenvolver cursos especializados para agentes comprometidos com crianças e adolescentes infratores.

3. Guarda Civil Metropolitana. Entendo que a GCM deve atuar nos próprios municipais, sobretudo nas escolas, como forma de combate às drogas e subsidiando a

PM no policiamento comunitário.

4. Ações conjuntas. A Prefeitura pode contribuir muito atuando de modo subsidiário ao policiamento comunitário e a programas de combate às drogas.

5. Redução da violência contra grupos específicos. A violência contra grupos específicos pode receber o auxílio de policiais da GCM atuando nas escolas. Essa seria uma das atribuições da GCM.

Educação

1. Aplicação dos 30%. A educação já é hoje o fator número 1 para o desenvolvimento de uma nação. Essa deve ser prioridade zero em qualquer administração que queira realmente atuar em favor do progresso econômico e social. Deve haver investimento maciço nela. Quero investir no mínimo 30% na educação, como define a lei.

2. Municipalização do ensino. A municipalização do ensino fundamental tem que ser melhor avaliada. Se isso trouxer mais pressão ao orçamento a população será prejudicada pela falta de recursos para outros setores.

3. Separação das crianças. Entendo que a manutenção de alunos do curso fundamental em uma mesma escola deve ser mantida. Não é separando as crianças que o ensino será melhor.

4. Alfabetização de adultos. A Prefeitura também deve atuar de modo intenso na alfabetização de adultos através de programas de suplência. Quero ampliar esses programas e melhorar sua qualidade.

5. Salário dos professores. Sem dúvida alguma não se melhora a qualidade do ensino com professores insatisfeitos e desatualizados. Quero rever todo o plano de carreira e salário do magistério municipal e ampliar programas de reciclagem.

6. Ampliação de vagas. Os casos mais graves são as carências de Emeis e creches. No ensino fundamental é necessário priorizar a construção de unidades nos extremos Leste e Sul da cidade, uma vez que muitos jovens têm que se deslocar por longo tempo até suas escolas.

Meu plano de obras prevê a aplicação de 0,5% de todo o orçamento municipal durante quatro anos na construção de 270 Emeis, o que eliminaria o déficit de vagas.

Quanto às creches, São Paulo precisa de mais de 1,9 mil unidades. Estudos mostram que é possível em quatro anos atender 2/3 da demanda atual. Essa é a minha meta para a construção de creches.